

PT

São Paulo

AVISO

Nos dias 19, 20 e 21 de julho, o PT estará realizando o Encontro da Capital, para discutir e votar uma plataforma para a cidade, escolher os candidatos a prefeito e vice, além de constituir e eleger a primeira direção do Conselho Político de São Paulo. O local será o Colégio Roosevelt, na rua São Joaquim, 320, bairro da Liberdade, nas proximidades da Estação São Joaquim do Metrô.

Tão importante quanto o Encontro da Capital será a Convenção Oficial do Município de São Paulo, programada para o dia 21 de julho — último dia do Encontro —, no período das 9 às 17 horas, também no Colégio Roosevelt. Nela, terão direito a voto, todos os membros dos diretórios distritais e os delegados oficiais à Convenção Estadual, eleitos em 1983, bem como os cinco vereadores de São Paulo, os deputados estaduais, federais e os membros do Diretório Estadual com domicílio eleitoral na capital. Ao todo, terão direito a voto 1078 pessoas, mais os membros do Diretório Estadual. Os militantes deverão dedicar todo o empenho na convocação dos companheiros habilitados a votar (inclusive os suplentes), já que o PT depende da realização desta Convenção — com o quórum de 50% mais um — para obter o registro dos seus candidatos a prefeito e a vice. Leia na página 2 matéria sobre as convenções oficiais municipais e distritais.



اشراف

a campanha já começou

Em agosto, convenções oficiais.

Preste atenção nestes prazos

Os diretórios distritais e municipais do PT deverão realizar convenções oficiais no dia 4 de agosto, para assegurar a existência legal do partido no Estado de São Paulo. Para que este processo se desenvolva sem erros, que possam causar transtornos ao partido, publicamos abaixo os prazos e os procedimentos fundamentais que devem ser obedecidos pelos diretórios:

20 de julho — 15 dias antes das convenções — é o último dia para o deferimento das fichas de filiação partidária pelos diretórios. Esta data limite é aquela deve constar na parte frontal das fichas. Contudo, as fichas de filiação precisam ser encaminhadas pelos interessados aos diretórios até o dia 17 de julho (data do verso).

23 de julho — 12 dias antes das convenções — é o último prazo para a entrega, ao Cartório Eleitoral, das fichas de filiação deferidas pelos diretórios.

25 de julho — 10 dias antes das convenções — é o último prazo para se requerer o registro de chapa completa de candidatos e suplentes aos diretórios, bem como dos delegados e suplentes à Convenção Regional. O registro deve ser feito junto à Executiva do Diretório (ou Comissão Provisória), mas pode também ser efetivada junto ao Juiz Eleitoral. O pedido de registro precisa ser subscrito por 10% dos filiados (candidatos também podem assinar). 25 de julho é também o último dia para o Juiz Eleitoral comunicar ao partido o número de filiados no município ou distrito.

27 de julho — 8 dias antes das convenções — encerra nesta data o prazo de 48 horas para a impugnação do registro de candidatos. Este também é o último dia para a publicação na imprensa local, ou, em sua falta, para afixação, no Cartório Eleitoral da Zona ou Município, do Edital de convocação da convenção oficial. Isto só vale para os diretórios municipais. Os distritais devem comunicar o local de suas convenções ao partido (fone: 884-3483 ou 884-0764), no máximo até o dia 25/7, para que seja feita uma publicação conjunta de todos os editais no Diário Oficial do Estado. Dia 27 também é o prazo limite para a notificação pessoal, sempre que possível, dos filiados que tenham direito a voto nas convenções. Igualmente, no dia 27 encerra o prazo para a comunicação ao Juiz Eleitoral do endereço da convenção e, também, para requerer a designação do observador eleitoral.

29 de julho — 6 dias antes — encerramento do prazo para a contestação de uma eventual impugnação de registro dos candidatos.

30 de julho — 5 dias antes — encerra o prazo para a Comissão Executiva Distrital ou Municipal (ou C. Provisória) decidir sobre o pedido de registro de chapa de candidato, caso não tiver sido apresentado pedido de impugnação.

1 de agosto — 3 dias antes — termina o prazo de 3 dias para que o diretório decida sobre os pedidos de registro de candidatos, caso tenha recebido uma solicitação de impugnação.

4 de agosto — dia da Convenção, às 9 horas, mesmo sem a presença do observador da Justiça Eleitoral. Deve ser feita a abertura da lista de presença, no Livro de Convenção, com qualquer número de filiados. O quorum é 20% do número mínimo de filiados ao partido exigido por lei, para legalizá-lo naquele distrito ou município. A votação deve ocorrer durante o dia inteiro, encerrando-se rigorosamente às 17 horas. Após este horário, só vota quem estiver no recinto. A seguir, deve ser feito o encerramento da lista de presença, com a assinatura do

presidente do diretório ou C.P. e do observador eleitoral (se tiver comparecido). A próxima etapa é a apuração dos votos, proclamação dos resultados e a lavratura da ata no Livro de Convenção.

A Lei permite que a Comissão Executiva do Diretório Eleito seja escolhida até 5 dias após a convenção oficial, ou seja, até o dia 9 de agosto. Nesta oportunidade, é também obrigatória a lavratura da ata da eleição da executiva no Livro do Diretório.

5 ou 6 de agosto — Datas para a entrega das cópias das atas da convenção e da eleição da Comissão Executiva, com os respectivos Livros, no Cartório Eleitoral, para serem vistas e autenticadas pelo Juiz. Estas

cópias devem ser preenchidas à máquina, segundo o modelo enviado pelo partido. Depois de vistas e autenticadas, devem ser remetidas com urgência para o seguinte endereço: Liderança do PT — Sala 1001 — Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo — Av. Pedro Álvares Cabral, s/n.º, A/C Stella Bruna — CEP 04097 — SP — Capital.

Dia 6 de agosto é o último prazo para o alistamento dos eleitores que votarão nas eleições de São Paulo e dos demais municípios que vão escolher os seus prefeitos no dia 15 de novembro: Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho. É também o último dia para dar entrada aos pedidos de transferência de títulos para estas cidades.

Da mesma forma, até este prazo, a Justiça Eleitoral estará aceitando solicitações para alterar os endereços nos títulos.

O processo de tirada de título de eleitor é bastante simples e vale também para os pedidos de transferência: exige-se tão somente 3 fotografias e o endereço residencial. Isto vale tanto para os eleitores alfabetizados como para os analfabetos. Em São Paulo, o alistamento eleitoral é feito nos cartórios zonais. Para saber em qual deles você deve tirar o seu título, e tomar conhecimento do respectivo endereço, basta telefonar para o serviço de informações do Tribunal Regional Eleitoral: 259-3266. Ou ainda para a Comissão de Organização do PT: 37-7522 ou 37-7521.

notas

• **A Comissão Executiva Estadual Regional do PT**, da qual participa o deputado Paulo Frateschi, protestou contra a manipulação de imagens e declarações do deputado petista José Cicote, levadas ao ar no programa do PMDB dia 26 último.

O deputado envolvido desconhecia o uso da entrevista e teve apenas parte de suas respostas editadas e apresentadas, deturpando a posição do partido diante do governo Montoro.

José Cicote está reivindicando à Mesa da Assembléia para que assuma sua defesa. Também foi encaminhada à Justiça uma representação para que o Diretório Regional do PMDB seja responsabilizado pela atitude oportunista.

• **A Assembléia Legislativa** aprovou, na madrugada do dia 27, o primeiro dos projetos de reajustes salariais do funcionalismo público.

A emenda que obrigaria o

Governador a enviar nova mensagem em setembro, foi rejeitada pela bancada do PMDB, bem como a da trilateralidade.

A bancada do PT tentou adiar a votação da emenda para a tarde do dia 27, mas não conseguiu.

Para o deputado Paulo Frateschi, essa rejeição contribuiu ainda mais para desmoralizar o Poder Legislativo, que atendendo às exigências do Executivo deixou de lado o meio formal para a rediscussão entre o Governo e o funcionalismo.

• **A Câmara Municipal** de São Paulo aprovou com 28 votos a favor, o projeto de Lei nº 41/85, de autoria do vereador Cláudio Barroso Gomes, do PT. De agora em diante, conforme a nova lei, as construções devem ser edificadas, mantendo uma distância de 15 metros dos córregos ou veios d'água perene. A lei anterior estabelecia uma distância de apenas 4 metros.

• **A vereadora Irede Cardoso**, presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de São Paulo, comunica a criação da Comissão Especial de Estudo sobre os Problemas do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo a vereadora, a comissão fará um minucioso levantamento dos problemas daquele que é um dos maiores patrimônios culturais da cidade.

• **Papel vergonhoso**, foi o que fizeram os vereadores Walter Feldman, Almir Guimarães, Avanir Galhardo, José Maria, Lauro Ferraz, Marcos Mendonça, Ricardo Trípoli, do PMDB, e Brasil Vita, do PTB. Além de aprovarem o projeto do prefeito Mário Covas, que não concedia as reivindicações dos servidores municipais em greve (de 11 dias), eles acusaram o movimento de "minoridade de aventureiros". Dando cobertura ao bônico Mário Covas, que mandou a polícia prender vários membros do Comando de Greve, além de ameaçar os funcionários com demissões e corte de ponto, os vereadores acusaram a líder do PT na Câmara, Luiza Erundina, de "estar manipulando o movimento".

• **Em seu esforço** para se chegar a uma posição clara sobre a questão da autonomia de Santo Amaro, que será decidida por um plebiscito, em setembro próximo, os diretórios do PT daquela região realizaram uma prévia com a participação de seus filiados, mas a divisão de opiniões continuou. Dos 1066 filiados votantes, dos diretórios de Santo Amaro, Capelo do Socorro, Ibirapuera e Parelheiros, 540 se posicionaram a favor da autonomia e 588 contrários. A diferença foi de apenas 52 votos! De qualquer modo, ainda este mês, o Diretório Estadual do PT vai definir a posição do partido.

• **Diversos vereadores** de outros partidos — PMDB, PTB e até PDS — estão-se transferindo para o PT. Nas cidades de Peruíbe, Guaratinguetá e Cosmópolis, surgiram novas ade-

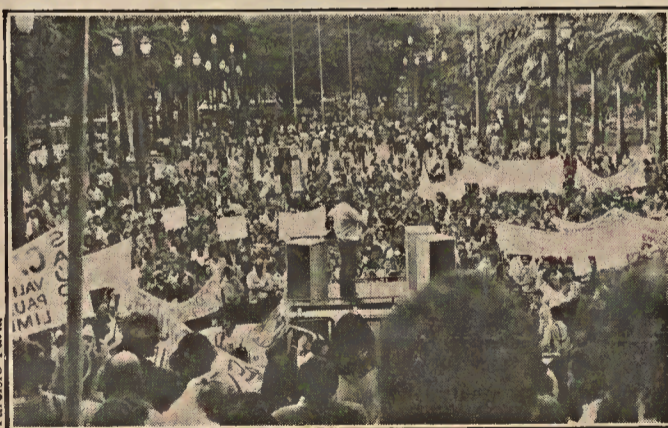
sões, e hoje somam 10 vereadores em São Paulo, 4 em outros Estados, além da deputada estadual Maria Luiza, do Ceará.

• **Foi criado** em São Paulo, no mês de maio, o Comitê em Defesa da Teologia da Libertação. O objetivo mais importante destes companheiros é apoiar teólogos e outros opositores à estrutura atual da Igreja Católica que, na luta pela libertação dos povos, são ameaçados e punidos, a exemplo do Frei Leonardo Boff. O Comitê está sediado na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 3300 — 8º andar — conj. 81 — Cep 01318 — Bela Vista — São Paulo.

• **Representantes** dos professores, diretores e supervisores — da Apeoesp, CPP, Apase e Udem —, reunidos no último dia 28 junho, questionaram o novo Estatuto do Magistério, proposto pela Secretaria da Educação do Estado. Os principais alvos das críticas dos representantes do professorado foi o plano de carreira que, para o desagrado dos professores, estabelece limite para as referências; a carga horária de 16 a 35 horas-aula/semana e mais 4 a 9 horas-atividade, com permanência obrigatória nas escolas; e a aposentadoria, cujos benefícios, segundo os professores, devem ser calculados com base na média da carga horária dos últimos 36 meses, a média percebida durante quaisquer 60 meses ininterruptos ou 84 meses intercalados.

• **Continua** a mobilização do Movimento Unificado de Favelas, dortiços e Pró-Morar contra a aprovação do projeto nº 28/85. Este projeto dispõe sobre a desincorporação de 56 áreas municipais, onde estão instaladas 44 favelas e autoriza a concessão de uso por um prazo de 40 anos e remunerada.

Os moradores de favelas que participam do Movimento alegam que a aprovação desse projeto criará uma situação muito pior do que existe hoje. Pois, além de não terem condições de pagar qualquer taxa pela terra onde moram, o projeto é contrário a um anteprojeto.



Manifestação durante a greve dos municipais.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias.
Sec. de Redação: Gilberto P. de Araújo.
Eq. de Edição: Paulo Costa, Dernal Santos, Diógenes Marcelino e Fernando Gorge.
Redação: Marcos Pereira da Silva, Tarcísio Geraldo Faria, Paulo Eleotério, Marisa M., João Caetano, Jeferson Ribeiro, Maria V., Maristela Maffei, Sonia Nadalin, Ligia M. Cruz, Silvio Caccia Bava, Marcos de

Oliveira, Cleide Sanches Rodrigues e Sergio dos Santos.
Diagramação: Wilson Roberto Thomaz.
Revisão: Celso Fonseca.
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fone: 815-4999 - São Paulo.
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
Fones: 37-7521, 37-7522.

Campanha eleitoral já está na rua

O deputado federal Eduardo Suplicy, virtual candidato do PT à prefeitura de São Paulo, já está em campanha eleitoral nas ruas de São Paulo. A ele deverá se juntar, nos próximos dias, a líder da bancada do PT na Câmara Municipal, a vereadora Luiza Erundina de Souza, candidata a vice. As duas candidaturas serão votadas pelo Encontro da Capital nos dias 19, 20 e 21 de julho, mas, em virtude do consenso construído em torno de seus nomes, o Comitê Diretivo Eleitoral — órgão do Diretório Estadual — decidiu dar início à organização da campanha, envolvendo ambos.

Com efeito, já em sua primeira reunião no dia 28 de junho, o Comitê Diretivo programou um ato de lançamento solene das

candidaturas, no encerramento do Encontro da Capital, às 17 horas, no Colégio Roosevelt. A este ato, que será aberto ao público, deverão estar presentes outros candidatos do PT a prefeito de capitais de outros estados já escolhidos, bem como o presidente nacional do partido, Luiz Ignácio Lula da Silva. No entanto, para não perder tempo, antes mesmo do encontro e do ato de lançamento das candidaturas, todo o partido deve se engajar na luta eleitoral. Para isso, o Comitê Diretivo já determinou o início da campanha financeira para subsidiar as peças publicitárias que começam a ser preparadas (cartazes e panfletos), bem como o programa de rádio e TV estadual que vai ao ar dia 25 de agosto.

Outra decisão sua foi quanto à linha a ser adotada na primeira fase da campanha: prioridade na afirmação de nossas propostas e de nossos candidatos, evitando polêmicas prematuras e provocações. Segundo o Comitê, isto significa apresentar ao povo de São Paulo — da maneira mais objetiva e simples possível — as propostas já discutidas pelo partido, no Seminário de Políticas Alternativas para a capital. A elas deverão se associar nossas bandeiras de luta de nível nacional, particularmente a Assembléia Nacional Constituinte e a denúncia da política econômica do governo e de seus sucedâneos (continuidade do arrocho salarial, lei de greve, pressão contra mutuários do BNH etc.).

Comitê Diretivo da Campanha Eleitoral é integrado por Perseu Abramo, da Executiva Nacional; Irma Passoni, da bancada do partido na Câmara Federal; Paulo Frateschi, da bancada da Assembléia Legislativa; João Carlos Alves, da bancada na Câmara Municipal; e pelos companheiros Ivan Valente, Paulo Eleotério, Janete Rocha, Antonio Dória, José Dirceu, José Álvaro Moisés e José Américo Dias, todos indicados pelo Diretório Regional. A estes companheiros deverão se juntar brevemente cinco membros do Conselho Político da Capital, que será realizado no Encontro dos dias 19, 20 e 21 de julho. A tarefa principal do Comitê Diretivo é coordenar a campanha em São Paulo, bem como em outros municípios que realizarão eleições para prefeito no Estado (veja matéria na pág. 6), aplicando a tática eleitoral e os programas aprovados em seus respectivos encontros. Entendendo a sua função como eminentemente política, o Comitê decidiu encaminhar, em regime de urgência, a formação das comissões de trabalho para a campanha, indicando alguns companheiros para coordenar a sua implantação: **Mobilização** (Janete Rocha), **Finanças** (Paulo Frateschi), **Organização** (Paulo Eleotério), **Imprensa e Propaganda** (José Américo), **Grupos de Trabalho e Assessoria Especial** (Antônio Dória).

Além dos diretórios e núcleos, o trabalho do Comitê Diretivo terá o apoio do Comitê Consultivo de Campanha, que será organizado nos próximos dias, incluindo personalidades, dirigentes sindicais e intelectuais ligados ao partido.



Tarcísio Faria

Suplicy conversa com a população, na Praça Ramos.

Do ponto de vista organizativo, a campanha basear-se-á nos diretórios e núcleos de São Paulo, que, em reuniões periódicas com o Comitê Diretivo, discutirão cada passo do trabalho eleitoral. Aliás, já foram realizadas duas reuniões com este caráter, envolvendo os diretórios distritais, e uma com os da Grande São Paulo, que também foram chamados a apoiar a campanha.

Nesta ocasião, membros do Comitê Diretivo discutiram com os representantes dos diretórios a implementação dos comitês de campanha, por bairros, vilas, fábricas, escolas etc. Embora a formação destes comitês possa ocorrer de forma espontânea, a sua concretização dependerá em grande parte da ação dos núcleos e diretórios.

O Comitê Diretivo

Constituído pelo Diretório Regional, o

Suplicy dá o seu recado ao povo

Desde sua indicação, pelo Diretório Estadual, como candidato do partido a prefeito, o deputado federal Eduardo Matarazzo Suplicy, vem cumprindo uma ampla programação, que inclui visitas a diretórios do partido e movimentos populares, além de diálogos com populares por toda a cidade, para debater as propostas do partido. O PT São Paulo acompanhou o deputado em algumas destas atividades e recolheu, para publicações, trechos de suas exposições sobre temas chaves.

Administração pública: “A prioridade do PT será transformar a administração transparente aos olhos dos munícipes, devolvendo-lhes a cidadania plena, através de sua participação, não apenas na hora de votar mas, sobretudo decidindo sobre a utilização dos recursos disponíveis. Temos o compromisso de resgatar a dívida social, contraída ao longo de nossa história, desde os tempos da escravidão, até nossos dias. De nossa proposta consta a de eleição dos administradores regionais, bem como de um conselho por cada regional, que terá poderes de decidir a utilização dos recursos naquela área, assim como fiscalizar a própria administração. E também objetivo nosso eleger um conselho em nível municipal, com as mesmas atribuições. E, veja, nós não estamos apenas discursando, pois já solicitamos de nossa assessoria jurídica a preparação de um estudo de como viabilizar isto”.

Porque o PT: “Durante os meus estudos, conheci a história de alguns cientistas, como Galileu Galilei e Nicolau Copérnico, e a sua luta para descobrir a verdade das coisas, e contribuir para o bem da humanida-

de. Acredito que o PT é o partido que mais me aproxima dos ideais que eles defenderam”.

Segurança pública: “Nossa proposta tem que ser diferente de tudo o que se pensa ser segurança pública hoje no país, pois estamos sob o bombardeio do binômio segurança / desenvolvimento, numa perspectiva da defesa das propriedades em detrimento da defesa do cidadão. O ideal seria conseguirmos reproduzir em S. Paulo, o que é feito em algumas cidades do interior, onde a polícia é amiga da população. Precisamos buscar uma nova ordem econômica-social, pois esta será a única forma de resolvermos os graves problemas de violência. Não podemos pensar simplesmente em combater a violência, é preciso combater as suas causas. E elas têm as suas raízes na falta de estrutura básica de atendimento da população carente, na falta de creches, escolas, postos de saúde etc. Além disso, quando existem estes recursos nem toda a população tem acesso a eles, quer por problemas econômicos, quer por problemas de educação.”

Saúde: “Gostaria de pensarmos juntos na possibilidade de os médicos sanitários, durante seus plantões, realizarem visitas a locais onde se concentra a população marginalizada. Este trabalho poderia ajudar muito a conscientização e a educação do povo sobre a saúde.”

Socialismo: “Eu acredito que o capitalismo segue para uma transformação fatal, que nos levará ao socialismo. O que temos de buscar é a forma mais democrática de chegarmos à uma sociedade mais justa. Pois, nas visitas que realizei a países socia-

listas, pude constatar que eles resolveram problemas básicos, com soluções simples, que ainda nos afligem. Mas, senti que em alguns deles há ausência de liberdade. E nossa luta é por uma sociedade com maior igualdade, onde os governados tenham os mesmos direitos que os governantes.”

Postura da administração petista: “Tudo o que acontece na cidade é problema do prefeito. Ele tem que se preocupar com o que ocorre, por exemplo, nas delegacias,

hoje focos de reprodução de violência, cobrando em conjunto com a população; ele deve cobrar que os responsáveis assumam posturas compatíveis com os desejos da comunidade, ainda que o problema esteja sob alçada de outras esferas. O prefeito eleito não poderá se omitir como fizeram os biônicos. Ele terá de corresponder ao respaldo adquirido na eleição direta, exigindo das autoridades de outras esferas um tratamento compatível com o papel que as suas cidades representam nos dias de hoje.”

Encontro da capital terá 474 delegados

Preparando-se para escolher os candidatos a prefeito e vice de São Paulo, bem como para renovar as suas direções e debater a constituição do Conselho Político da Capital, os diretórios distritais deram uma demonstração considerável de vigor, nos encontros realizados no dia 16 de junho.

Do total de 50 diretórios que o partido possui na capital, 37 realizaram os seus encontros com quórum. Isto representou a eleição de 474 delegados para o Encontro da Capital, ou seja, 85,7% do total que poderia ser eleito. Também realizaram encontros cinco núcleos por categoria: arquitetos, funcionários do Banco Central, dentistas, professores do ensino privado e assistentes sociais. Ao todo,

votaram nestes encontros 4.696 filiados.

Os destaques de participação ficaram por conta dos diretórios da Saúde, onde compareceram nada menos que 338 filiados para um quórum de 120; Paralelos, com 297 presentes, para um quórum de 53; Santo Amaro, com 552 presentes, para um quórum de 208.

Vale registrar que, além de debater a conjuntura, a tática eleitoral e a plataforma para a prefeitura, os encontros discutiram propostas específicas para o Conselho Político de S. Paulo que será constituído no Encontro do Município, nos dias 19, 20 e 21 de julho. Dois conjuntos de propostas circularam entre os filiados: uma, intitulada “PT

na Capital”, e outra, defendida pelos companheiros da “Articulação.”

Interior

No interior, os diretórios municipais realizaram os seus encontros no dia 30 de junho. E, também, mostraram desempenho satisfatório: de um total de 125 diretórios, 75 realizaram encontros com quórum, elegendo suas novas direções, bem como os delegados para o Encontro Estadual, previsto para os dias 24 e 25 de agosto. Os destaques, aqui, ficaram por conta dos diretórios de Osasco, onde votaram mais de 1500 filiados (quórum de 190), Mauá, com 820 presentes (quórum de 91) e Santo André, onde com a participação atingiu a casa dos 2000 filiados (quórum de 195).

Na Prodesp, Montoro demite 19 como lição "exemplar"

A Prodesp demitiu 19 grevistas dia 3 de junho por **justa causa**, contrariando a determinação do Tribunal Regional do Trabalho de que "todos os empregados deveriam retornar imediatamente ao trabalho". Passados 22 dias, a empresa delibera suspender a **justa causa** sem abrir mão das demissões. Os demitidos, as lideranças mais combativas da Prodesp, tentam de todas as formas chamar a atenção das autoridades, em vão.

Nem mesmo uma Carta Aberta, protocolada dia 19 de junho no Palácio dos Bandeirantes, reclamando explicações sobre as demissões foi o bastante para sensibilizar o governador Franco Montoro ou tão pouco seu secretário José Serra, do Planejamento, secretaria à qual a Prodesp está vinculada. O fato em si serve para mostrar até que ponto faz sentido uma observação ventilada no Palácio dos Bandeirantes: "o caso da Prodesp serviu como demonstração de "demissões exemplares" às estatais."

Os empregados da Prodesp reivindicavam apenas 25% de Abono para os meses de maio, junho e julho, baseados no fato de

que o mesmo tinha sido concedido aos funcionários públicos e a algumas empresas estatais como o Badesp, o Ceagesp e o Cosesp, antes mesmo que seus empregados o exigissem.

Apesar do caráter pacífico da greve, que durou cinco dias (de 31 de maio a 4 de junho), os funcionários foram retirados do Prodesp Clube e vigiados dia e noite pelas tropas de choque da Polícia Militar, embora não houvesse piquetes. No dia 3 de junho, o TRT propôs a volta imediata ao trabalho, o desconto dos dias parados e abertura imediata de negociações, com aceitação da Prodesp e dos empregados, e a greve sequer foi julgada, o que caracteriza o fato de não ter sido ilegal.

Dentre os demitidos, sem amparo legal, estavam dois diretores do Sindicato de Processamento de Dados, quatro ex-membros do Conselho de Representantes dos Empregados, sendo um deles da gestão anterior. A empresa se negou terminantemente a negociar, apesar do apoio emprestado pelo líder do PMDB, deputado Aluísio Nunes Ferrei-

ra, que dialogou com o secretário José Serra e disse-lhe "não ser aceitável para o PMDB demissões por greve", conforme declaração à Folha de S. Paulo de 6 de junho.

Dois anos de lutas

Com a negativa de acesso ao governador Montoro, os demitidos não conseguem conversar nem com o secretário José Serra e nem com a Diretoria da Empresa, mesmo com a interferência do deputado Paulo Diniz, do PT, junto ao secretário Gregori. Em uma reunião no Palácio, soube-se através de José Luiz Ricca, diretor-administrativo da Prodesp, "que as demissões permaneceriam". Devido às pressões dos empregados e de parlamentares que enviaram Abaixo-Assinado pela Readmissão dos Empregados, a Diretoria acabou revertendo a **justa causa**, porém, manteve as demissões.

A mobilização dos trabalhadores já vem de algum tempo. A Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), chefiada pelo engº Egidio Bianchi, desenvolve há mais de dois anos uma política de achatamento salarial, nivelando os sa-

lários por baixo e impedindo valorização profissional dos empregados.

Enquanto isso, o Conselho de Representantes dos Empregados da Prodesp (CRE) vinha denunciando as irregularidades cometidas desde a sua criação, em novembro de 1983. Duas Campanhas Salariais foram realizadas — em agosto de 1984 e fevereiro deste ano —, sendo que em ambas nenhuma reivindicação foi atendida, revelando a irresponsabilidade da administração da Prodesp e do governo, que recebeu as Comissões de Empregados no Palácio nas duas Campanhas e recusou-se a tomar alguma providência.

Desde o início do movimento, a Diretoria tentou manipular e descaracterizar o processo de participação dos empregados, chegando a impedir a legalização do Estatuto do CRE. Apesar de o Estatuto ter sido o resultado de um trabalho construído pelos empregados em Assembléias legítimas, a Prodesp impôs no final um Regulamento que não expressa o pensamento dos empregados.

São José dos Campos

Pazzianoto se omite no caso dos metalúrgicos da GM

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos enviou dia 13 de junho um documento ao ministro do Trabalho Almir Pazzianoto (que até hoje não respondeu), solicitando "uma pronta interferência com relação à efetiva e imediata reintegração de dirigentes sindicais na General Motors, bem como gestões junto a outros ministros competentes, objetivando colocar termo final ao cerceamento da liberdade sindical".

Esse documento tenta esclarecer de fato o que realmente aconteceu a propósito da greve realizada na GM entre os dias 25 e 27 de abril. Apesar das graves acusações feitas aos trabalhadores que lideraram o movimento pelos dirigentes da empresa e pelos mensaisistas que permaneceram entre os grevistas durante o período, vale ressaltar que alguns pontos têm que ser esclarecidos à opinião pública.

Segundo os líderes do movimento, o que se tem dito sobre a retenção desses mensaisistas em sala fechada sob agressões físicas, pela imprensa burguesa, são levianas. Foi constatado em inquérito, que nenhum mensalista sofreu agressões e sim os trabalhadores grevistas foram agredidos pela PM, inclusive com um trabalhador sofrido fratura de crânio.

Na verdade, as empresas, principalmente as de grande porte, estatais e privadas, nacionais e multinacionais, estão tentando desestabilizar a organização sindical atacando diretamente dirigentes, militantes, membros da Cipa e da Comissão de Fábrica. A prova disto é que, antes mesmo da greve ser julgada, a GM já pressionava esses trabalhadores demitindo-os por **justa causa**. Isto é ilegal, uma vez que os mesmos têm garantido a estabilidade no emprego. Desse mo-



Zé Luis, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. José

do, os trabalhadores viram como única solução negociar uma "saída" com os diretores da empresa: a ocupação. "É bode espantado", afirmou o presidente do Sindicato José Luis Gonçalves. "Estão promovendo, o governo e as multinacionais, uma campanha política para desestabilizar o sindicato. Prova disso é que sindicalistas, membros da Diretoria do Sindicato, do Cipa e de Comissão de fábrica, foram enquadrados no artigo 33 do Código Penal.

Petrobrás reintegra demitidos

Depois de muita luta, 237 dos 349 petroleiros das refinarias do Planalto — Replan — em Paulínia, e Landulpho Alves, em Mataripe, na Bahia, demitidos durante a greve de julho de 83, retornam gradativamente — a partir de primeiro de julho — às suas funções. Desse total, 171 voltarão aos seus cargos normais — 89 em Paulínia e 82 em Mataripe. Outros 56 (31 funcionários da Replan e 25 da Landulpho Alves), serão transferidos para outros setores da Petrobrás nos mesmos Estados. Por total intransigência da nova direção da empresa, permanecem indefinidas a situação de 112 petroleiros, dos quais 57 em Paulínia.

O retorno dos trabalhadores demitidos pelo ex-presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, marca uma importante vitória da cate-

goria. Os readmitidos terão retroatividade válida a 1º de julho, incorporando-se todos os benefícios trabalhistas da época, e contribuirão com 10% de seus salários para um fundo de ajuda aos que permanecerem com suas situações indefinidas.

Negociações

Depois da vitória da chamada "Aliança Democrática" no Colégio Eleitoral, as negociações com a nova direção da Petrobrás e com o governo foram intensificadas. Inúmeros contatos, inclusive com Tancredo Neves, garantiram aos petroleiros que todos seriam readmitidos em suas funções sem perdas dos direitos trabalhistas adquiridos anteriormente.

Na verdade não foi nada disso. Os petroleiros, representados nas negociações por uma comissão paritária formada por Jacob Bittar,

ex-presidente do Sindicato da categoria, em Paulínia, Antônio Carlos Spis e De-jair dos Santos Santana, enfrentou uma série de dificuldades impostas pela direção da Petrobrás, agora presidida pelo "liberal" Hélio Beltrão. Veto aos nomes mais combativos e que segundo a Petrobrás "tiveram participação ativa nas greves e nos piquetes e colocaram em risco o patrimônio da empresa".

O retorno desta parte dos demitidos foi aprovado em assembléias realizadas em Paulínia e Mataripe, e os petroleiros reafirmam sua disposição de luta para que todos sejam reintegrados às suas funções. No entanto, os sindicalistas reafirmam críticas à direção da Petrobrás na chamada "Nova República" que permanessem mais intransigentes que nos tempos do regime militar.

Plásticos e químicos têm eleições

No mês de agosto duas importantes eleições sindicais vão acontecer nos Sindicatos dos Plásticos dias 5, 6, 7 e 8 e dos Químicos dias 26, 27, 28 e 29.

A categoria profissional dos Plásticos, após 20 anos de sindicato, — que sofreu intervenção da ditadura militar em 64 — e, nesse processo, passou às mãos de pelegos que sempre trabalharam em estreita colaboração com o patronato. Agora, surge uma Oposição Sindical, nascida das bases, a partir de um amplo traba-

lho, em cada fábrica, e que resultou na formação de Chapa 2.

Nos químicos, a atual diretoria concorre pela segunda vez com alguns nomes novos e com total apoio da categoria tanto pela forma como se constituiu a Chapa — através de Convenções da categoria com indicação de nome por nome, inclusive os antigos —, como também pelo trabalho desenvolvido nesses primeiros três anos em que os químicos de São Paulo se livraram do peleguismo.

A Oposição dos Plásticos — Chapa 2 — é encabeçada por Martisalem. Nos químicos, a Chapa 1, tem à Frente Domingos Galante, apontado em Convenção da categoria para ser reconduzido à presidência do Sindicato.

Os textos com as resoluções do Encontro Sindical Nacional do PT estarão à venda, no início de agosto, na Sede Estadual (R. Santo Amaro, 582).

MOVIMENTOS

POPULARES

Em São Paulo

ENCONTRO DOS PETISTAS QUE ATUAM EM MOVIMENTOS POPULARES

Este Encarte traz materiais preparados pela Comissão de Movimentos Populares do Diretório Regional de São Paulo com o objetivo de subsidiarem as discussões do Encontro “O PT e os Movimentos Populares”, a ser realizado dia 11 de agosto a partir das 9 horas da manhã no Supletivo Excelsior - Rua Baltazar Lisboa, 87 - V. Mariana.

O Encontro, aberto a todos militantes petistas, visa recolher elementos para a elaboração de um plano de lutas a partir das experiências dos diferentes movimentos. Ou seja, trata-se de contribuir para a definição de campanhas nos movimentos populares que avancem na sua politização e para a discussão sobre as formas de organização dos petistas nos movimentos.

Expediente: Este Encarte é publicado sob a responsabilidade da Comissão de Movimentos Populares do Diretório Regional de São Paulo. Equipe de Redação: Eder Sader (coordenador); Vane Santarosa; Silvio Caccia Bava; Adilton de Paula; Viviane Pó; Joaquim V. de Souza; David R. e Wagner N. Gimenez. Diagramação: Wilson Roberto Thomaz. Revisão: Celso Fonseca



NOVOS DESAFIOS

Estamos diante de um quadro de lutas cuja tática do governo Sarney é a de legitimar a proposta do pacto social através da cooptação das organizações dos movimentos e suas lideranças; através de algumas concessões e reformas institucionais. Como nós petistas vamos enfrentar esse desafio?

Os movimentos populares urbanos — como temos chamado as mobilizações que têm por base os lugares de moradia da população — são parte de um conjunto de movimentos sociais que constituem a principal novidade emergida dos anos de ditadura e que estão na base da própria formação de nosso partido. Operários organizados nas fábricas e tornando os sindicatos instrumentos de luta. Donas de casa organizadas em clubes de mães reivindicando seus direitos. Camponeses, favelados, negros, índios, mulheres, e uma diversidade de grupos que se constituíram — cada qual — a partir de uma questão que lhes tocava e tomaram esse assunto em suas mãos. Isso tudo compôs um conjunto de atores sociais que alteraram o cená-

rio político do país. Na medida em que esses movimentos se dispuseram a falar por boca própria e defender o que a cada um lhes parecia devido — que consideravam seus direitos — as antigas elites não puderam continuar ignorando-os.

Os anos 70, quando isso se deu, foram um tempo difícil, mas foi no enfrentamento das condições mais difíceis que grandes contingentes de trabalhadores se organizaram, se mobilizaram e formaram isso que chamamos movimentos sociais, o que significa que eles entram na cena pública como atores que falam por si mesmos, que tem peso próprio e que alteraram o roteiro das velhas novelas.

A formação desses movimentos, que abriram espaços para grandes parcelas da população vencerem o medo da repressão, o sentimento da impotência, a desconfiança de serem manipulados pelos políticos tradicionais, deveu-se a um duro aprendizado nas condições concretas que enfrentavam.

As mulheres das periferias tanto quanto os metalúrgicos ou os moradores de loteamentos clandestinos só se constituíram como grupos ativos quando sentiram confiança nas suas próprias forças. E essa confiança veio da percepção de que as ações que resultavam das discussões sobre suas experiências e disposições produziam efeitos concretos na perspectiva dos objetivos que eles mesmos se traçavam.

Pois bem, se os movimentos populares puderam se formar naqueles anos duros graças à capacidade de seus membros de encontrar formas de ação adequadas às condições de então, é preciso que hoje saibamos quais são as novas condições. O que foi uma virtude numa situação pode ser um vício numa outra.

A mudança de condições

Nos hábitos mais arraigados dos movimentos presenciados a herança dos anos de resistência. Naquele tempo, o grande desafio era saber evitar a repressão contra os que se mobilizavam, era poder ser reconhecido pelas autoridades, era ter organização e apoio de base suficiente para manter a pressão e a unidade até obter as primeiras satisfações, que davam a auto-confiança no grupo. O grande problema era vencer o isolamento, o medo, a desconfiança, o sentimento de impotência. A grande conquista daqueles movimentos foi saber encontrar as formas de reunir as pessoas, estimulá-las a falar sobre suas experiências e sugestões, criar confiança uns nos outros, ter ânimo para enfrentar as autoridades. Para isso, em vez de ditar regras gerais, as lideranças aceitaram o ritmo próprio de cada movimento, para que cada um deles criasse as condições internas de seu desenvolvimento.

Disso nos ficou uma multiplicidade de grupos de base, cada qual formado no conhecimento de sua relação com o Estado, sabendo como enfrentá-lo, com sua linguagem, ritmo, métodos próprios. Foi essa multiplicidade que pôde liberar iniciativas massivas e diversas, que convergiram na alteração da paisagem política do país.

Não há dúvida que a abertura política iniciada pela própria equipe militar e, depois, a chegada ao governo da Aliança Democrática, não teriam se dado sem a formação desses movimentos, que esvaziaram a base de sustentação do antigo regime. Nesse sentido, a campanha pelas diretas constituiu expressão e culminação política de todos aqueles movimentos sociais.

É claro que o governo da Aliança Democrática não é expressão desses movimentos. Mas, de um lado, foi graças a eles que a AD prevaleceu sobre o PDS; de outro, os novos governantes, exatamente para mostrarem uma legitimidade que seus antecessores não tinham, têm que reconhecer ao menos parte das reivindicações desses movimentos e a legitimidade de sua existência.

Como tem agido o governo, particularmente o do PMDB em São Paulo? Quais são as tendências atuais dos movimentos, suas forças e problemas?

O enfrentamento dos novos desafios

Assistimos mobilizações expressivas de mutuários, de usuários de transportes, de grupos em torno da questão do abastecimento e vários outros, cuja avaliação de conjunto deveremos fazer em nosso encontro. Procuraremos aqui tomar apenas um caso para assinalar aspectos significativos das relações entre os movimentos e o governo: trata-se da luta dos moradores de favelas, cortiços e conjuntos pró-morar, em torno da tarifa social de água e luz e pela concessão de direito real de uso dos solos para os que os habitam precariamente.

Ressalta, em primeiro lugar, o tempo relativamente breve em que se articulou um movimento unificando moradores de muitos bairros da Capital, convergindo sobre o governo com uma plataforma concreta e comum. Em 1983 ante a insatisfação generalizada causada pelas altas taxas de água e luz, vários grupos de moradores dos setores mais pobres começam a se reunir com a bancada de vereadores, deputados e militantes do PT. As reuniões vão atraindo representações de favelas, cortiços, conjunto pró-morar, aproveitando-se das organizações de base já existentes em cada um desses locais mas, também, estimulando essa organização.

Esse movimento se unificou e se massificou no processo de elaboração coletiva de uma plataforma concreta a ser levada ao governo. Eles constituíram uma comissão de representantes e realizaram assembleias mensais gerais e por região, percebendo-se, nesse processo, como partes de um grande movimento. E examinaram — com a ajuda dos assessores — as várias possibilidades de formularem suas reivindicações e, após várias discussões, definiram sua plataforma: taxas sociais de água e luz correspondendo a 1% do salário mínimo, legalização da posse dos lotes ocupados para moradia, financiamento para materiais de construção.

O governo teve, sob pressão, que reconhecer suas reivindicações. Dia 13 de junho de 1984, 4 mil vão em caravana levar suas reivindicações a Montoro, que só a contragosto os recebeu. Mas, sentindo a dimensão do movimento, logo formulou políticas para responder às reivindicações e se contrapor aos seus desafios. Em setembro determinou uma taxa fixa para a luz e água rebaixando-a, ainda que não a nível reivindicado. Dia 30 de janeiro nova caravana de 3 mil vai ao governador e entregam um projeto indicando 400 áreas urbanas a serem desafetadas e desapropriadas e concedidas com "direito real de uso" por 90 anos a seus moradores. Algumas semanas depois o prefeito lança um projeto de desafetação de áreas faveladas, com "concessão de uso" e a serem pagas a preços considerados (por quem?) "compatíveis" com suas remunerações.

"Concessão de Direito Real de Uso" — é um contrato pelo qual a Administração Pública transfere a utilização de terreno público e confere um direito real sobre o terreno (com registro e com possibilidade de transferir a outro).

"Concessão de Uso" — é um contrato que não dá o direito real sobre o terreno e é pessoal e intransferível.

A tática deles e a nossa

Aí se vê a tática do governo do PMDB: reconhece a legitimidade das reivindicações mas, em nome da carência de recursos, só concede parcialmente e, então, o fazem através de mecanismos de cooptação de lideranças locais. Quer dizer: priorizam os lugares onde podem promover grupos alternativos às lideranças combativas, procurando mostrar que os "mais sensatos" é que serão sempre beneficiados. À essas "lideranças" alternativas se alimenta com

transportes, locais para sedes de associações, materiais, empregos oficiais, todas as facilidades, para constituírem suas "coordenações", que "falam em nome" de favelados, associações de bairros, grupos de mulheres, que recebem vantagens em troca de apoio ao governo.

Mas também temos as premissas para a nossa tática. Temos que formular propostas que surjam da mais ampla participação para que haja um engajamento massivo, que sejam abrangentes para unificar setores suficientes a ponto de efetuar uma pressão incisiva, que apareçam numa forma concreta possível de ser materializada para poder enfrentar as enrolações do governo.

Isso nos coloca um duplo desafio. De um lado resgatar a experiência dos anos de resistência naquilo que tem de incorporar o máximo de gente e impedir que o governo jogue com a diferença entre os setores combativos — que ele procura isolar — dos demais, em quem ele procura estimular a desmobilização. De outro lado, isso tem que ser feito em torno de propostas de caráter geral, sob a forma de projetos de lei e medidas administrativas que possam aparecer para a população ao mesmo tempo como viáveis (desde que se enfrente os interesses dos poderosos) e como uma alteração radical das políticas públicas, no sentido de voltarem-se para as necessidades coletivas (e não lucros privados) e sob controle popular. Fazer com que essa alternativa apareça como possibilidade concreta capaz de motivar a população, é nosso grande desafio na atual conjuntura.

O exame concreto dos movimentos — a ser feito no encontro — deverá nos mostrar como fazer isso.

ATUAÇÃO PETISTA

O objetivo dos petistas nos movimentos populares é o de contribuir para a sua politização. Neste sentido, é necessário que no interior do partido consigamos nos organizar de modo que nosso trabalho partidário tenha uma ligação viva e contínua com os movimentos populares.

Um dos problemas mais sérios vividos pelo PT nesta conjuntura é a relação do partido com os movimentos sociais. É consenso em todas as avaliações que as lideranças e grande parte dos trabalhadores que participam das lutas populares e sindicais são filiados ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. No entanto, a grande maioria destes trabalhadores que impulsionam os movimentos sociais, as greves, as lutas populares, não tem frequentado as reuniões dos Núcleos e Diretórios do partido. Será que eles não vêem importância em ajudar a construir o PT? Será que eles vêem contempladas suas preocupações e suas práticas nas instâncias do partido?

No nosso entender, a principal contribuição junto aos movimentos populares é trabalharmos para a sua politização, isto é, para ampliar e fortalecer sua disposição de disputar o poder na sociedade. E isso só podemos impulsionar no desenvolvimento dos próprios movimentos.

As lutas pelo uso dos serviços públicos são formas próprias de constituição da força social e política dos trabalhadores e com o agravamento da crise econômica e do desemprego, aumentou a importância das mobilizações dos trabalhadores a partir dos bairros e da organização ao nível de moradia. Dentro desta perspectiva de politização e da constituição de uma força social e política dos trabalhadores, se colocam 3 tarefas:

1) O aprofundamento dos programas dos movimentos

É necessário ultrapassar o nível imediato das reivindicações e articular as mobilizações reivindicatórias com o questionamento das políticas de governo relativas a cada setor dos serviços urbanos, contribuindo para que os movimentos populares se capacitem para propor políticas alternativas que venham a satisfazer as necessidades dos trabalhadores, seja a níveis regionais como através de orientações de política municipal.

2) A generalização dos movimentos

A troca de experiências entre os movimentos e as entidades populares, as experiências de trabalho conjunto articulado a nível regional, as atividades de formação política entendidas como de reflexão sobre as práticas dos movimentos, a socialização das informações ao nível das análises das políticas de governo e das experiências de luta dos trabalhadores, são tarefas que permitem articular movimentos com distintas reivindicações imediatas e lutar pela sua generalização.

3) A unificação dos movimentos de uma mesma região;

Já existem algumas experiências importantes de unificação das lutas populares a níveis regionais ou municipais que apontam um amadurecimento político e um questionamento das estruturas de poder local deste processo de unificação das lutas. No interesse do fortalecimento e da autonomia dos movimentos populares, estas formas de unificação das lutas devem ser estimuladas e apoiadas pelo partido.

Para podermos contribuir neste sentido, é necessário que no interior do partido consigamos nos organizar de modo que nosso trabalho partidário tenha uma ligação viva e contínua com os movimentos populares. É necessário que estejamos continuamente discutindo os impasses, as experiências de luta, as conquistas que vão sendo vividas cotidianamente em cada frente de luta — saúde, transportes, moradia, etc.

Para respondermos a estes desafios é preciso encontrarmos formas de organização mais flexíveis dentro do partido, capazes de responder às necessidades e tarefas colocadas hoje pelo conjunto das lutas dos trabalhadores no âmbito da disputa por melhores condições de vida nas cidades.

Uma possibilidade que levantamos em nossas discussões é a criação de

NÚCLEOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS, que no entanto possuem argumentos a favor e contra e merecem uma discussão aprofundada por parte das bases do partido presentes tanto na militância nos movimentos populares quanto nas instâncias do partido.

Entendemos que um PT de lutas e de massa deve articular a ação de seus militantes para fortalecer e ampliar nos movimentos populares a disposição destes movimentos e das formas de organização popular que os sustentam de disputar o poder em nossa sociedade.

Para isso é necessário também desenvolver esforços no sentido de articular as lutas reivindicatórias específicas com o projeto maior do PT de construção do socialismo no Brasil, isto é, de construção de um poder dos trabalhadores que apresente ao conjunto da sociedade soluções alternativas para os problemas vividos pela maioria da população e que ofereça ao conjunto da população propostas de luta que avancem neste sentido.

A articulação regional e municipal dos núcleos e diretórios e a socialização dos conhecimentos e experiências, são, hoje, preocupações centrais para que a nossa organização partidária esteja adequada às suas tarefas diante das lutas populares.

Mas a unificação da ação política dos petistas exige também que enfrentemos a separação que a própria organização política e administrativa da cidade nos impõe: a política feita pelos políticos no Parlamento e no Executivo e a ação dos movimentos dissociada destes espaços que assim se privatizam e se tornam domínio exclusivo da ação da burguesia.

Precisamos combinar nossa ação no plano institucional com a ação direta expressa pelos movimentos populares.

Neste sentido a conjuntura nos coloca dois grandes eixos políticos que nos permitem desenvolver campanhas de politização das lutas específicas: as eleições para prefeito da capital e a convocação da Constituinte.

Nosso desafio nesse quadro é formular, a partir dos movimentos e com a competência de quem é capaz de elaborar um diagnóstico preciso dos problemas vividos pelos trabalhadores, um programa de lutas e de governo que, através de propostas concretas, coloque para toda a população o PT como uma alternativa real para a administração de nossa capital. Outro desafio é transformar nossa campanha eleitoral num amplo instrumento de propaganda de nossas propostas.

Da mesma forma, devemos expressar em nossas propostas para a Constituinte os anseios dos trabalhadores de São Paulo por uma nova ordenação legal que venha a respeitar e atender os direitos de todos nós a condições dignas de vida nas cidades, ao trabalho, à liberdade.

O PT E O PARLAMENTO

Entrevista com a deputada federal Irma Passoni.

Irma, como você vê a relação entre os movimentos populares, as instâncias do partido e a sua prática enquanto deputada federal?

Quando o pessoal dos movimentos chama a gente, as expectativas são muito diferentes. Nas questões de despejo, por exemplo, o pessoal espera que o parlamentar segure a violência policial, segure o despejo, testemunhe a violência e denuncie. Nestes casos em que a gente é chamada a nível de pronto-socorro, o que a gente pode fazer é muito pouco. É dar apoio moral, político. A gente coloca que a única forma de segurar o despejo, de resolver o problema, é estruturar melhor o movimento, compreender melhor a proposta da reforma agrária, e cuidar da defesa jurídica do movimento também.

Eu vejo o papel do parlamentar mudando com as mudanças de qualidade por que passam os movimentos. Em todo lugar que a gente vai, os trabalhadores necessitam muito que a gente relate um pouco aquilo que eles ouvem nas falas do rádio, da televisão e que ficam alguns conceitos que eles não sabem explicar. O pessoal diz: nós queremos entender com a nossa linguagem esse palavrado todo que se fala na televisão, e que não explica. Eles querem ter traduzidos para eles o que a reforma agrária, o que é FMI e como o FMI está interferindo na situação brasileira: o que é Constituinte, etc. Por aí a gente vê que as grandes questões nacionais estão na cabeça dos trabalhadores mais simples.

Em Augustinópolis, em Goiás, eu fui chamada para discutir a reforma agrária em uma grande manifestação popular onde tinha 6.000 lavradores. Em Andréia, numa reunião com as lideranças populares da região, o pessoal queria saber as propostas do governo para a reforma agrária, quais os parlamentares federais comprometidos com a reforma agrária, etc. Na zona sul de São Paulo, a gente começou há muitos anos com a luta pela água, transporte, escola. Hoje temos grupos de movimentos popular que discutem constituinte, reforma agrária, as reivindicações do movimento sindical, todas as questões nacionais.

Ainda se espera muito que o parlamentar seja a solução dos problemas. E a prática de muitos políticos reafirma isso. O Mário Covas, por exemplo, só atende reivindicações via parlamentares ou via PMDB e com isso faz uma total manipulação do seu cargo de prefeito. Então, lamentavelmente, a população ainda vê nos parlamentares a possibilidade de solução dos seus problemas. Não existe um respeito, uma valorização das entidades populares, da autoridade que o povo tem como mobilização, como cidadãos com seus direitos. Se tivéssemos um partido atuante que estivesse sempre atento às questões que são levantadas na área rural e na área urbana, a gente veria que o papel do partido está, especialmente, em oferecer subsídios, em oferecer linhas políticas determinadas para enfrentar inúmeras questões como a da terra, do desemprego, dos orçamentos municipais — como se faz, como a gente controla, como se define as prioridades no município, etc. Essas seriam tarefas para se

rem assumidas pelos Diretórios, eles deveriam estar preparados para responder essas questões. Infelizmente a gente percebe que nem sempre estas questões são discutidas nos Diretórios, eles não se preparam, não requisitam informações, não temos o domínio destas informações, destas análises que capacitam nossos dirigentes a responder aos desafios da luta política. Há uma total desvinculação entre os trabalhos no movimento popular e as instâncias do partido.

Então, fica sendo papel nosso, do parlamentar, traduzir a política para o entendimento do povo. E isso me parece cada vez mais sério e profundo. Eles querem dados, informações sérias, eles oferecem projetos de lei, pedem documentos sobre as questões nacionais. Eles querem saber em detalhes quem são os ministros, de que partidos são, qual a posição de cada ministro. São informações muito detalhadas que a gente, por vezes, também não está preparada para informar.

O PT tem aí, junto aos movimentos, todo o espaço para crescer. À medida que o PT instrumentaliza, assessora, oferece propostas, é evidente que os trabalhadores vão reconhecer que o PT é uma sua ferramenta de luta. A Secretaria de Organização Nacional vai dar cursos para nossos dirigentes partidários para padronizar as informações, capacitar nossos militantes a responder todas essas questões. É fundamental também montar um sistema de informações que forneça a todos o acesso aos muitos documentos que o PT produz sobre política nacional mas que não são repassados, em linguagem acessível e com toda a riqueza das discussões que os geraram. É o caso das questões da reforma agrária e da constituinte. Só foram mandados para as bases do partido os resumos dos projetos.

O dirigente distrital, o militante do PT, tem de viver um processo de educação permanente, tem de ter acesso à informação e desenvolver formas de organização permanentes capazes de responder às questões práticas das lutas populares.

O militante do PT não precisa saber se tal bairro precisa de uma linha de ônibus ou não, ele precisa conhecer a política municipal de transportes e as propostas do PT nesta área. Isso para situar a luta específica de um bairro e capacitar os dirigentes dos movimentos a lutarem contra o governo e em defesa dos trabalhadores. Essa é a tarefa política do PT.

Depoimento da vereadora Luiza Erundina — Câmara Municipal SP

Como você vê a relação entre os movimentos populares, as instâncias do partido e sua prática parlamentar?

O parlamento e os movimentos populares constituem espaços distintos e complementares da minha militância político-partidária.

Nos movimentos, procuro contribuir na busca de soluções para os problemas que estão na origem desses movimentos. Estes, por sua vez, fornecem elementos que inspiram iniciativas a serem levadas no âmbito do Parlamento e pelo próprio Partido.

É o caso, por exemplo, do movimento de habitação. Juntos estamos construindo uma organização que unifique as diversas lutas em torno da questão habitacional no Município de São Paulo e que já se estende por vários outros municípios.

O parlamento, por outro lado, tem servido ao Movimento em termos de infraestrutura e como apoio político no encaminhamento de suas propostas sob a forma de moções, requerimentos, pronunciamentos, etc. Finalmente, as alternativas de solução encontradas por este e outros movimentos para os vários problemas que enfrentam, constituem subsídios para o Partido formular políticas e orientar a atuação de seus militantes.

Outrossim, os Núcleos e Diretórios do Partido devem servir de suporte à ação do parlamentar, seja suscitando sua presença e atuação frente a problemas concretos, seja dando continuidade a iniciativas tomadas pelo parlamentar. Com efeito, a ação do parlamentar deve repercutir na vida dos núcleos e Diretórios e estes, por sua vez, devem determinar a ação do parlamentar tanto no parlamento como nos movimentos populares.

*** Durante o período da ditadura, os movimentos populares não tinham penetração nos espaços institucionais. A coisa está mudando. Na atual conjuntura, como você vê a relação dos movimentos com o parlamento, a prefeitura, suas secretarias, ARs etc?**

A meu ver, a penetração que hoje os movimentos populares têm nos espaços institucionais se deve à luta de resistência dos mesmos contra a ditadura. A relação dos movimentos com o parlamento se dá através dos parlamentares que se elegeram com o apoio desses movimentos e que colocam o seu mandato a serviço dos mesmos. Por outro lado, a origem e a prática desses parlamentares contribuem para desmistificar o parlamento diante dos movimentos que passam a encará-lo como instrumento a ser utilizado no interesse de seus objetivos.

Com isto, se fortalecem a participação e a representação direta através das legítimas lideranças populares. São estas que encaminham as reivindicações da população junto à Prefeitura, contando para tanto com a ajuda dos parlamentares que não devem mediar a relação mas, simplesmente, abrir espaço para que ela se dê diretamente entre os representantes da população e o Executivo, seja o Prefeito, sejam as Secretarias e as ARs. Cabe ainda ao parlamentar fornecer dados e orientar a preparação das audiências e contatos da população com as autoridades de forma a que ela se antecipe na discussão dos problemas e na apresentação de propostas de solução para os mesmos, ao mesmo tempo que não se deixará envolver com falsas desculpas.

*** A partir de sua prática, o que você vê como importante para o Partido, na sua atuação junto aos movimentos populares, daqui pra frente?**

* A presença do Partido nos movimentos se dá através de seus militantes que devem estar preparados para intervir na vida dos movimentos. Para isso, o Partido precisa ter políticas setoriais e um projeto global para a Sociedade



Ato público pela Constituinte, na Câmara Municipal, no mês de julho, promovido pelos Diretórios do PT da Vila Mariana e Bela Vista.

Sociedade civil é contra a "Constituinte-Sarney"

civil possa atuar ativamente nesse processo político.

Para José Álvaro Moisés, "a criação dessas assembléias polarizaria o atual quadro político, com o engajamento da população, o que pressionaria o Governo Federal, pois haveria um grande número de propostas populares e toda uma sociedade se mobilizando em torno delas".

Em consonância com o posicionamento da Plenária, Vinicius Caldeira Brant, presidente da Associação Profissional dos Sociólogos/SP, diz que "a Constituinte tem que ter poderes específicos, ou seja: elaborar a Constituição e só". "É importante que a sociedade discuta o tema para que tenha claro o conteúdo dessa nova Carta", conclui Vinicius.

Ato público

A Plenária deliberou, ainda, que será realizado um ato público, na primeira semana de agosto, "contra a proposta do presidente da República" (N. Manifesto). Para a concretização desse ato será divulgado em todos os eventos já marcados - SBPC, reunião de Partidos e entidades estudantis - o Manifesto contra a "Constituinte Sarney".

No próximo dia 12 de julho, será realizado uma manifestação da CUT e nela estará presente um representante da Plenária. A Comissão de organização da Plenária Pró-Constituinte estará se reunindo toda segunda-feira, às 18:30 horas, na sede da OAB. A próxima reunião da Plenária será no dia 10 de julho.

“O poder constituinte é do povo”. Com essa frase o presidente da OAB/SP, José Eduardo Loreiro, encerrou a leitura do manifesto que repudia a proposta de Constituinte do Governo Federal - na última reunião da Plenária Pró-Constituinte, realizada no dia 26 de junho, na Faculdade do Largo São Francisco.

A Plenária Pró-Constituinte, que se reúne desde fevereiro deste ano, é formada por diversas entidades sociais de São Paulo e por parlamentares de vários partidos. Nessa última reunião foi consensual a posição de seus membros contra a forma que vem to-

mando a proposta de Constituinte, encabeçada por José Sarney, que objetiva dar ao Congresso Nacional poderes constituintes. Segundo José Álvaro Moisés, da Executiva do PT/SP, que faz parte da Plenária "essa é uma proposta autoritária e elitista porque a sociedade não foi consultada e nem tomou parte em sua elaboração".

O Manifesto da Plenária também se posicionou incisivamente contra a formação de "Comissões de Alto Nível" para a elaboração da Carta Magna. Em contrapartida, propôs que se formem assembléias nos bairros e nos municípios para que a sociedade

"Uma constituinte para por fim às leis autoritárias"

Djalma Bom, líder do PT na Câmara Federal, explica o projeto que o partido apresentou, propondo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Democrática e Soberana, em março de 86.

Djalma, porque o PT tomou a iniciativa de apresentar proposta de emenda constitucional convocatória de Assembléia Nacional Constituinte?

Nos últimos 21 anos, enquanto a Nação caminhava num sentido o Estado troteava em rumo oposto. Os governos militares, que se impuseram pela força, nos impuseram, também, leis. A cada vez que a sociedade levantava a cabeça, nos sapecavam um Ato Institucional, uma Emenda Constitucional que se incorporavam à Constituição outorgada. Hoje, graças à combatividade de parcela das posições partidárias e de segmentos sociais democráticos, à crescente organização das categorias sindicais, à CUT, à uma Igreja comprometida com o povo, vivemos tempos diferentes. E existe um consenso no país: a Constituição autoritária não serve mais. Entretanto, em consequência do divórcio ocorrido, herdamos problemas sociais e econômicos de tal gravidade, cujas soluções — amplas e urgentes — passam pela urgência de uma Nova Constituição. O Governo encaminhou proposta convocatória ao Congresso, onde já se encontram outras. E, nós, trabalhadores? Falamos que queremos uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, entretanto, o que tínhamos de concreto? Nossos objetivos precisavam ser encaminhados. Foi o que fizemos com nossa convocatória.

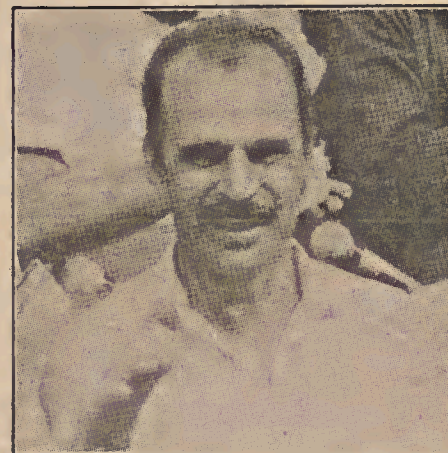
Você poderia objetivar os pontos principais de nossa proposta?

Convocação pelo Poder Legislativo, de Assembléia Constituinte eleita em 1º de março de 86 e instalada em 21 de abril do mesmo ano. Para que seja verdadeiramente livre, no próprio texto, eliminamos as leis arbitrárias vigentes, e no sentido da demo-

cracia, propomos modificações no atual critério de representação proporcional. Participação de todos os partidos registrados até a data legal. Normas para a propaganda eleitoral, coibindo-se, assim, os abusos do poder econômico. Extensão do direito de voto aos soldados, cabos e marinheiros. Eleições, em 15 de novembro deste ano, de Comissões Consultivas Municipais, o que permitiria a efetiva participação das bases populares. Propomos, ainda, que o Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral proceda o Ato de Instalação. Dá para notar que nossa proposta preocupa-se, principalmente, com duas coisas: os pré-requisitos para que a Constituição seja livre e democrática e com sua urgência. Instalada é soberana, nada mais caberia propor.

Quais as diferenças entre a proposta do PT e a apresentada pelo executivo?

Além de nossa proposta estar livre de erros técnicos, a diferença já começa pelo Poder que a convoca. O PT, como a OAB e outras forças democráticas, entende que a legitimidade de convocação cabe ao legislativo que, apesar das distorções, têm a representatividade popular. Nunca ao Executivo. Para continuar, se todo o mundo acha que é urgente o reordenamento do País, por que adia-lo? O Executivo, apresentando a Convocatória repete o mesmo gesto dos governos anteriores, tentando manobrar e conduzir um processo político inevitável. Foi assim na campanha da Anistia e das Diretas Já, por exemplo. Propondo um Congresso Constituinte empurra com a barriga para 87 a questão das eleições diretas da Presidência da República e escamoteia outras duas questões: a presença, como constituintes, dos senadores eleitos em 82, portanto, sem mandatos constituintes, futuros



Djalma Bom

constituintes biônicos; e a questão da representação proporcional, que é muito séria.

Vejam só, o PT precisou de 1.200.000 votos para eleger 6 deputados federais em S. Paulo. O PDS em Roraima com 20.000 eleger 4 deputados. Isto é proporcionalidade democrática? Esta distorção da proporcionalidade é fruto de casuismo da ditadura, privilegiando os estados onde o voto era controlado pelas elites em prejuízo dos estados mais populosos e com mais consciência política.

Aos trabalhadores pouco interessa que o estado A tenha X deputados, ou que o estado B tenha Y. Os trabalhadores rurais e urbanos estão, em todo o País, unidos pelas mesmas necessidades e problemas. O que queremos é ter a oportunidade de sermos sujeitos de nossa História. Não vamos perguntar: qual é seu estado, senhor constituinte? Queremos é ter a certeza de que vamos eleger constituintes comprometidos com nossas lutas.

agenda

Dia 11 — Reunião da Comissão Estudantil do PT, às 19h30 na sede Regional.
— Às 19h30, Reunião de Mobilização e Organização da Campanha Eleitoral do PT com os Diretórios da Grande São Paulo, na sede Regional.

Dia 12 — Das 17 às 19h, Suplicy conversa com o povo na praça do Correio.

— Às 19h30, a CUT Estadual promove Ato Público em apoio aos metalúrgicos demitidos nas últimas Campanhas Salariais, contra a Lei de Greve e pela Constituinte no Centro Sindical dos Bancários à rua Tabatinguera 192.

— Às 20h, lançamento da Campanha pró-Suplicy pelos Diretórios do Jardim Paulista, Vila Formosa e Itaim Bibi, na rua Ribeirão Claro 547.

Dia 13 — Às 10h30, reunião do Núcleo dos Bancários do PT, à rua Luiz Pórrico 463, Bela Vista.

— Às 15h, Suplicy fala com os moradores na Sociedade Amigos do Bairro de Sapopemba, à rua Lins (altura do nº 8000 da Av. Sapopemba).

Dia 14 — Às 10h, Suplicy conversa com

os moradores e favelados de Vila Liviero no Centro Comunitário Santo Antonio, à rua Carlos Liviero.

— Às 15h, debate sobre "Prefeitura de São Paulo", com Eduardo M. Suplicy, Luiza Erundina e João Carlos Alves, no Salão Martinica, à rua Alceu Cordeiro Fernandes 112 (próximo à Igreja de São Lucas) no Internúcleo do PT de Campo Limpo.

Dia 18 — Às 19h30, Reunião de Mobilização e Organização da Campanha Eleitoral do PT com todos os Núcleos por Categoria e Local de Trabalho, na sede regional.

Dia 25 — Às 22h, Festa da Fantasia no Rádio Clube, com o conjunto Sossega Leão. Convites a Cr\$ 10 mil. Informações pelo telefone 36-4941, com Lillian.

Dia 28 — Às 15h, lançamento da Campanha pela Constituinte e para Prefeito no Cifa, à rua Flores do Piauí, em Itaquera (próximo à Igreja do Carmo).

AGOSTO

Dia 11 — Encontro Estadual dos Movimentos Populares e o PT. Informações na sede Regional ou pelos telefones 37-7521 ou 37-7522, com David ou Gimeenez.



Conjuntos habitacionais foram chamados à resistência.

Mutuários não vão engolir esta!

Retirar depósitos das cadernetas de poupança e contas bancárias dos agentes financeiros, abrindo contas em caixas econômicas federais e estaduais; uma marcha a Brasília, na reabertura dos trabalhos legislativos, em agosto, já de posse de dados comprobatórios do boicote ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH; uma campanha pública contra o ministro Flávio Peixoto do Desenvolvimento Urbano, que se notabilizou em defesa dos interesses dos agentes financeiros; elaborar uma cartilha para orientar os mutuários na promoção de boicote contra as prestações da casa própria; organizar a resistência nos conjuntos habitacionais contra despejos; intensificar a campanha contra os agentes financeiros que iniciarem execuções na Justiça e orientação para o encaminhamento de processos judiciais, exigindo o aumento de 112% anual. Estas foram as primeiras medidas adotadas por representantes de mutuários de 13 estados, reunidos em Brasília no final de junho, pouco depois do reajuste das prestações da casa própria (112% para os contratos semestrais e 246,3% para os reajustes anuais).

Considerado absurdo pelos mutuários, estes índices devem elevar sensivelmente a inadimplência do SFH, que atualmente está em cerca de 60%. O reajuste também representa a capitulação da Nova República aos interesses dos agentes financeiros e uma vitória da "linha dura" do ministério de Sarney, representado por setores que sempre defenderam a adoção total da correção monetária, como o ministro Flávio Peixoto.

Segundo este ministro, o SFH perde Cr\$ 36 trilhões com a adoção da semestralidade. O que ocorre na verdade? Flávio Peixoto e os agentes financeiros pretendem pressionar para que a maioria dos mutuários do BNH aceitem o reajuste semestral. Atualmente cerca de 70% dos contratos são reajustados anualmente e a grande maioria desta parcela tem aumentos previstos para julho.

Numa entrevista concedida logo após o anúncio dos novos índices este ministro afirmou que não será permitida a inadimplência (atraso de pagamento) e que o "rombo" de 36 trilhões de cruzeiros será coberto a curto espaço de tempo com a transformação dos contratos em semestrais. Isto deixa claro que até mesmo o Governo reconhece que a prestação da casa própria está fora do alcance do trabalhador.

Um outro motivo também parece ser relevante para a tentativa de obrigar a transformação dos contratos anuais em semestrais: desmobilizar politicamente os mutuários, uma vez que o fato de a maioria dos contratos sendo reajustado em julho cria uma grande mobilização nacional. A semestralidade espalharia para o mês seguinte ao reajuste salarial do mutuário, quebrando nos índices anuais da prestação da casa própria.

Apesar dos índices, o assessor de imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, disse que a medida foi uma decisão política, pois o BNH abriu mão de correções anteriores. Se fosse tomada uma medida técnica, afirma o jornalista, as consequências seriam piores para os trabalhadores, uma vez que o governo "esqueceu" seis meses de correção monetária para as pessoas que optaram pela semestralidade.

Para Jó Resende, dirigente dos mutuários do Rio de Janeiro, o novo governo repete os erros da "Velha República", tentando impor a semestralidade. Os mutuários não aceitam e recorrem à Justiça, fazendo prevalecer dois direitos básicos: equivalência salarial e manutenção do reajuste anual das prestações.

O deputado Djalma Bom, líder do PT na Câmara Federal, frisou que com este aumento a "Nova República" não está honrando seus compromissos de mudanças sociais. Depois de cobrar a coerência dos deputados do PMDB, Djalma afirmou que o governo ganhou quatro milhões de inimigos (os mutuários).

No meio financeiro a decisão do governo, como não poderia deixar de ser, recebeu manifestações de solidariedade. Depois de obter lucros de até 400% nos anos mais agudos da crise econômica, os banqueiros foram contemplados com mais um presente governamental. Luís Felipe Soares Batista, presidente da Associação de Bancos, afirmou ser esta uma medida acertada do governo.

O senador Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, que no programa de seu partido pela televisão não mencionou o assunto BNH, preferindo deter-se na questão do reajuste dos aluguéis, também defendeu o índice de reajuste imposto aos mutuários: "Se não fosse isso, o SFH arrebentaria".

INTERIOR

Preparação das eleições em quatro municípios

No próximo dia 15 de novembro, os municípios de Cubatão, Paulínea, São Sebastião e Castilho também irão eleger seus prefeitos e vice-prefeitos. Considerados áreas de interesse da segurança nacional pela ditadura militar, estes municípios do nosso Estado ainda não tinham recuperado sua autonomia política, o que só veio a ocorrer pela aprovação da Emenda Constitucional nº 25, no último dia 15 de maio.

Mais uma tarefa a ser enfrentada pelo PT no plano eleitoral, que poderá contribuir para sua consolidação definitiva, como um partido que aspira ao poder para a realização do seu projeto de transformação global da sociedade.

Os Encontros Municipais já realizados em Cubatão e Paulínea indicaram os candidatos do partido e aprovaram os programas de governo, que serão discutidos com a população durante a campanha eleitoral. O vereador do PT, Dogival Vieira dos Santos, será o candidato a prefeito em Cubatão, tendo como companheiro de chapa João Duberney Tavares, presidente da Associação dos Mutuários de Cubatão. Em Paulínea, o candidato a prefeito será o torneiro mecânico Adalberto Leal e seu vice o mecânico Hamilton Mendes.

Em Castilho, o PT ainda não decidiu se lança candidatos, pois está terminando seu processo de regularização, funcionando no momento com uma Comissão Provisória. O 1º Diretório Municipal será eleito no próximo dia 4 de agosto. Em São Sebastião, cerca de 12 mil eleitores estão habilitados a votar e a tendência do PT é lançar seu próprio candidato. Isso será decidido no Encontro do dia 14 deste mês. Existem dois postulantes, Elizabeth dos Santos Chagas, uma das candidatas do PT a vereadora nas eleições de 82, quando obteve o 2º lugar entre os candidatos de todos os partidos, só não se elegeu porque o PT não alcançou o quociente eleitoral necessário para eleger um vereador; o outro nome com possibilidades de indicação é o de Cleso Oliveira Aparecido.

Possibilidades do PT

Para Dogival, candidato a prefeito em Cubatão, município com aproximadamente 55 mil eleitores, na sua maioria esmagadora trabalhadores das indústrias e sub-empregadas ali locali-

zadas, o PT é visto como a única alternativa real de mudanças para a situação aflitiva que a cidade atravessa. Além do gravíssimo problema da poluição produzida pelas indústrias, conhecidas até fora do Brasil e agora — mais uma vez, enfatizado devido à ameaça de desabamentos na Serra do Mar, Cubatão tem sérios problemas habitacionais e de sub-emprego. É uma cidade profundamente marcada pelas contradições do capitalismo selvagem.

Com a experiência adquirida em sua presença constante nas lutas que a classe trabalhadora tem travado em Cubatão, Dogival — considerado o vereador mais atuante da Câmara local, não receia afirmar que o PT vai disputar a eleição em igualdade de condições com os outros partidos. "A luta dos movimentos popu-

lares está mais politizada" — diz ele, e isso beneficia o PT.

A mesma disposição é revelada pelo candidato a prefeito, Adalberto Leal, em Paulínea, onde votarão cerca de 13 mil eleitores. Com boa penetração no movimento sindical e nas áreas de educação, saúde e transportes, também aqui o PT tem condições de obter expressiva votação.

Mesmo em Castilho, com quase 6 mil eleitores, onde existe a possibilidade do PT não ter candidatos próprios, contudo já conta com bases sólidas no Movimento dos Sem Terra e conseguiu duas vitórias importantes. A ocupação de uma fazenda da CESP que resultou na cessão de uma gleba em Promissão e a obtenção de uma área em Jupia para o assentamento de dezenas de famílias.

Noroeste debate política agrária

● No dia 23 de junho, 154 trabalhadores rurais da Alta Noroeste paulista participaram do Encontro de Política Agrária promovido pelo PT em Birigui. Além de trocarem experiências adquiridas ao longo de suas lutas, analisaram o projeto de reforma agrária do governo, concluindo que a proposta de Sarney é insuficiente mas deve ser implementada já.

As propostas e decisões tiradas no Encontro foram anotadas pelos companheiros da Secretaria do Interior e pelo G. T. de Política Agrária do Diretório Regional, órgãos responsáveis pela organização do evento, e deverão ser remetidas brevemente para os diretórios do interior, bem como às instâncias do Partido que trabalham a questão agrária. Por aclamação os trabalhadores decidiram pela realização de um novo Encontro no próximo semestre.

● Por denunciar irregularidades da prefeitura local e pelas suas atividades cotidianas, o Diretório Municipal de Ituverava (subregião da Alta Mogiana) está sendo processado pelo prefeito "democrático" do PMDB. O "é preciso mudar", lema da campanha do PMDB em 82, parece não estar sendo cumprido, pois os métodos da ditadura (outora criticados) continuam sendo utilizados pelos "democratas" da AD.

A perseguição, repressão e violência visam amedrontar os petistas, cuja "irregularidade" cometida foi dizer a verdade. Coincidência ou não, também estamos sendo processados pelo mesmo PMDB em Assis e Nova Odessa, pelos mesmos motivos.

● Após um período de contatos e esclarecimentos desde o ano passado foi realizado no último dia 23 de junho o comício de lançamento da Comissão Provisória de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema (subregião de Presidente Prudente). O comício teve as presenças dos companheiros José Caetano da Silva (membro da Coordenação subregional), Jefferson O. Goulart (Secretaria do Interior do DR) e Anízio Batista (deputado estadual, responsável pelo acompanhamento da região), além de membros da Comissão Provisória local.

Os discursos apontaram para a necessidade da construção do PT, como instrumento fundamental dos trabalhadores, rumo a uma sociedade sem explorados nem exploradores. O companheiro Sales, presidente da C.P., também usou o microfone para denunciar os cabides de emprego da Prefeitura e Câmara, além de formular propostas de participação popular na administração.

Secretaria do Interior

EUA aprofunda agressão à Nicarágua

Neste momento, a revolução sandinista encontra-se mais uma vez ameaçada. E seriamente. Desde 1981, as ações contra-revolucionárias por parte dos bandos mercenários financiados pela CIA e armados pelo governo dos EUA, tentam, através de sequestro a camponeses, chantagens a centros de produção e assassinatos, desestabilizar o governo revolucionário, vitorioso a 19 de julho de 1979.

Agora, apenas alguns dias antes da jovem revolução completar seu 6º aniversário, mais um duro golpe lhe é desfechado por parte do imperialismo norte-americano. Boicote total à sua economia e aprovação, por parte do Congresso norte-americano, no dia 12 de junho, de uma verba de 27 milhões de dólares aos contra revolucionários.

Mas, o que está por trás disso? Logicamente não é o dinheiro liberado para "ajuda humanitária" à contra revolução que vai decidir a grande crise centro americana. Pois, como todos sabem, só por parte de igrejas e seitas anti-comunistas que atuam no interior dos EUA (reverendo Moon, por exemplo) já foram enviados mais de 80 milhões de dólares nos últimos meses aos mercenários que atuam nas florestas da Costa Rica.

Qual é a gravidade em questão? O maior problema é a ilegal e imoral ingerência do Congresso dos EUA, que, cedendo às pressões da administração do presidente Reagan, decide ações que vão contra a soberania e a integridade da Nicarágua. Estas atitudes contradizem os princípios dos Direitos Internacionais contidos na Carta das Nações Unidas e os demais instrumentos jurídicos internacionais, dos quais tanto EUA como a Nicarágua são signatários.

A resolução do Congresso norte-americano eclode negativamente no cenário político latino americano, pondo em grave risco os esforços de paz do grupo de Contadora, e aniquilando, ao mesmo tempo, as possibilidades de um entendimento razoável entre Nicarágua e EUA.

Diante desta declaração de guerra, o governo sandinista, reunido com a direção nacional da FSLN, tomou a seguinte decisão:

A) suspender as medidas que, de forma unilateral, vinha aplicando no campo da defesa, para mostrar a disposição da Nicarágua de executar pontos substanciais alinhados pelo grupo de Contadora na Ata de Paz de 7 de julho de 1984 (saída de 100 assessores militares cubanos e não aquisição de novos sistemas defensivos, principalmente aéreo).

B) Comunicar aos governos dos países que integram o grupo de Contadora, a urgência de que se avalie a nova situação e que haja uma redefinição dos temas já tratados.

C) Ratifica seu respaldo ao processo de Paz de Contadora.

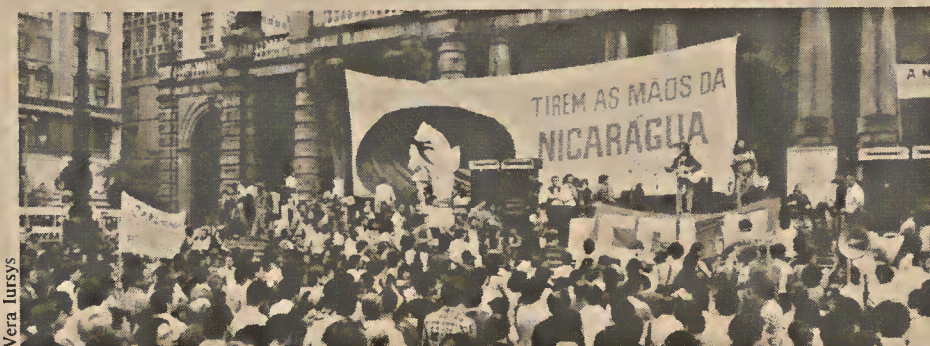
D) Nicarágua mantém aberta sua disposição de diálogo com EUA, principalmente em Manzanillo, para barrar a guerra atual e a escalada intervencionista.

E) O governo da Nicarágua e a Direção Nacional da FSLN chamam todo o povo a redobrar esforços no cumprimento das tarefas da defesa nacional e aperfeiçoar a capacidade combativa.

"Nesta jornada do 6º aniversário do triunfo da Revolução Sandinista, com o mesmo arrojo, decisão e heroísmo com que lutamos e derrotamos a ditadura somozista e com ela a dominação imperialista, hoje, sabemos nos preparar e nos organizar para lutar vitoriosamente nesta nova batalha que o agressor nos impõe" (comandante Daniel Ortega). Diante de tão grave situação, nós, brasileiros, militantes do Partido dos Trabalhadores, devemos nos unir a nossos irmãos centro-americanos e dizer: "Estamos juntos na luta pela consolidação da Revolução Popular Sandinista contra a agressão do governo Reagan. A luta dos trabalhadores da Nicarágua é a nossa luta, é a luta de todo o povo latino americano."



Trabalhadores se armaram para defender a Revolução.



Vera Iurys

Solidariedade em São Paulo

A Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua realizou no dia 21 de junho um Ato Cultural de Solidariedade, em frente às escadarias do Teatro Municipal. O ato teve como objetivo a manifestação pública de repúdio às agressões que a Revolução Popular Sandinista vem sofrendo por parte do imperialismo norte-americano, com o apoio de mais de trinta entidades, partidos políticos e sindicatos. Com início às 15 horas, a programação incluiu grupos teatrais, como União e Olho vivo, grupo Treta e grupo Forja de São Bernardo do Campo. Por meio de sátiras, encenadas pelos artistas, os presentes tomaram conhecimento da angustiante crise que vivem hoje nossos irmãos centro-americanos.

Participaram, ainda, grupos musicais

como: Artigo 16, grupos de percussão, o artista Chico de Oliveira e alguns poetas que, através de sua arte, manifestaram sua solidariedade.

Foram lidos dois documentos, sendo que um deles fazia parte das resoluções do encontro "Brasil frente à crise centro-americana" realizado de 10 a 14 de junho, com a presença de representantes de todos os países da América Central. Por volta das 20h30, no encerramento do ato, foi cantado o hino da Frente Sandinista de Libertação Nacional, manifestando numa só voz o apoio à causa da libertação do povo latino-americano e a luta pela consolidação da Revolução Popular Sandinista. **COORDENAÇÃO PAULISTA DE SOLIDARIEDADE — Reuniões todas as quintas-feiras, às 19h30, na Câmara Municipal.**

Sindicalistas e o PT do Peru

O Secretário Geral do Sindicato dos Eletricitários de Lima, Alejandro Tazza Nieves e o Diretor da Federação de Mineiros, Metalúrgicos e Siderúrgicos do Peru, Máximo Paz Calle, estiveram no Brasil por 15 dias, dos quais 3 com Lula, para "recorrerem, segundo eles, as experiências do PT como meio de luta política".

Ambos são membros do Comitê Político Coordenador do Partido dos Trabalhadores, que há 14 de abril de 1984 organizou-se no Peru. "Acreditamos não haver diferenças entre o PT peruano e o brasileiro, pelo fato de que, tanto um quanto outro, surgiram das lutas do movimento operário e que seus líderes estão mais do que nunca enraizados nesse movimento. Lutamos contra a ditadura por 15 anos, participando ativamente das jornadas mais importantes, até ocasionar a sua derrubada, na greve geral de 19 de julho de 1977", comentou Tazza.

A vinda ao Brasil recaiu sobre as Minas de Criciúma, no Estado de Santa Catarina. Os dirigentes sindicais peruanos estiveram acompanhados por Lula, o qual lhes demonstrou o processo de organização dos mineiros, bem como as condições de trabalho que estão submetidos. O interesse pelos mineiros é decorrente de que, esta categoria, é a maior força do partido no Peru.

Vale ressaltar que o Peru está passando por um processo político e econômico muito difícil. "No momento é mais do que necessário que nós, trabalhadores, nos organizemos. Tenhamos para nós um partido que sirva de condução e orientação até a revolução. Porque é notório o processo revolucionário por que passa o Peru". Nessa conclusão, a escolha do PT brasileiro pelos dirigentes peruanos como "fonte", nos faz pesar ou ainda, acreditar que a principal diferença entre o PT e qualquer outro partido que se diga progressista é a participação. "No PT, diz Alejandro, a presença de operários ligados às bases são um fato. Nós, em 1º ano e meio, desde a fundação do PT, demonstramos que a capacidade de organização e participação dos trabalhadores é tamanha, que já temos uma prática ativa na Assembléia Popular Nacional, (centralização máxima do movimento operário). Contamos ainda com vários setores da sociedade; o setor siderúrgico, os jovens da igreja e muitos outros".

UMA MUDANÇA QUE NÃO MUDA NADA

CHILE:

O anúncio do fim do Estado de Sítio no Chile, em fins de maio, anunciado pomposamente pelo ministro do Interior Ricardo Garcia, surpreendeu o povo por ter sido anunciada num dia de domingo. Decretado pela ditadura em 6 de novembro de 1984, o Estado de Sítio fora adotado poucos dias depois da realização, com êxito, da Primeira greve Nacional Popular.

Durante a vigência do Estado de Sítio, a ditadura

lançou a mais brutal repressão da história do Chile, só encontrando paralelo ao Golpe de Estado contra Allende em 1973. Nestes quase 8 meses, foram reabertos os campos de concentração, detidas milhares de pessoas, muitas expulsas do País, centenas de assassinatos, e a volta da prática de desaparecimento de presos.

Enquanto isso acontecia, o Departamento de Estado norte-americano começou a intervir diretamente no Chi-

le outorgando apoio político a Pinochet e pressionando os setores de oposição mais vacilantes para que se submetessem às regras do jogo impostas pela ditadura. Entretanto, houve um número considerável de mobilizações populares de protesto durante os meses de novembro, dezembro, março, abril e maio. Realizou-se nesse período a 2ª Assembléia Nacional da MDP, celebrou-se o Dia Internacional da Mulher e come-

morou-se o 1º de Maio. Foram realizados protestos estudantis, a oposição ganhou as eleições da Federação de estudante da Universidade Católica e da Universidade de Valparaíso. A oposição ganhou também as eleições do Colégio de Jornalistas e do Colégio de Advogados. O movimento popular transformou em protestos populares, massivos, os funerais dos militantes assassinados

Trabalhadores rurais discutem proposta

José Graziano da Silva

Para entendermos melhor a polêmica que se trava em torno da proposta do Mirad/Incrá é preciso conhecer as cinco etapas fundamentais para o desencadeamento de um processo de Reforma Agrária:

a) a discussão da proposta é apenas o início: aí deve se definir as linhas básicas do processo, ou seja, que tipo de reforma agrária será implantada e quais os instrumentos e meios que serão utilizados;

b) a elaboração do Plano propriamente dito será a segunda etapa, quando deverão ser recolhidas as sugestões resultantes da fase anterior;

c) depois de elaborado o Plano Nacional, seguir-se-ão os Planos Regionais de Reforma Agrária, a nível estadual ou regional, onde serão definidas as áreas prioritárias dentro das quais se delimitarão as áreas de ação onde — e somente aí — poderão ser efetuadas as desapropriações por interesse social;

d) definidas as áreas de ação, ou seja, os imóveis que serão desapropriados, o penúltimo passo do Plano é a elaboração dos Projetos de Assentamento a nível local indicando-se o número de beneficiários, os custos, a forma de seleção etc.;

e) elaborados os projetos, a fase final do plano é a sua operacionalização, a sua execução propriamente dita. Ou seja, passar aquilo que está no papel (o projeto) para o campo (assentamento).

Tendo em vista essa seqüência de etapas fundamentais na implantação de uma Reforma Agrária no país podemos entender melhor as posições que os distintos segmentos sociais têm manifestado no debate da proposta do Mirad/Incrá. Estamos na etapa de definir as linhas básicas do processo de reforma agrária: por isso é uma luta do tipo vale-tudo!

Não nos parece que tenha sido apenas "para inovar" que o ministro e o presidente do Incra compareceram, naquela tarde do dia 27, para exporem a proposta, não apenas aos 4 mil delegados presentes no 4º Congresso de Trabalhadores Rurais, mas, na verdade, à toda a Nação.

Ocorre que estávamos todos desacostumados em ver os governantes se exporem a público debatendo suas idéias. É que os 21 anos de autoritarismo nos acostumaram a ver as decisões partirem de cima para baixo depois de elaboradas, por vezes furtivamente em gabinetes fechados. Melhor dizendo, fechado aos trabalhadores porque os empresários, os latifundiários sempre transitaram livremente nos altos escalões da República.

É verdade que os latifundiários autênticos seriam contra qualquer proposta de Reforma Agrária, um tema maldito por princípio. Mas também é verdade que vários outros setores, ditos liberais, do próprio Governo — em especial alguns "assessores do Palácio" e membros do Congresso — ficaram indignados com a forma do lançamento da proposta de plano. O que a grande imprensa conservadora chama hoje de erro tático no lançamento quase holywoodiano do Plano foi o fato da proposta do Mirad/Incrá ter sido apresentada no 4º Congresso de Trabalhadores Rurais. Ou seja, alguns não admitem mesmo que haja reforma agrária alguma; mas outros, que até a tolerariam desde que "moderada e com base na lei", tampouco admitem que os trabalhadores rurais dela participem como protagonistas. Temem perder o controle, temem que os trabalhadores, organizados, se dêem conta da sua força. E, daí, adeus

Nova República. Daí o bloco coeso que se formou contra a proposta do Mirad/Incrá: para breçar a crescente participação que os trabalhadores rurais vinham tendo na cena política brasileira.

Não se deve pensar, todavia, que a apresentação da proposta do Mirad/Incrá para debate público foi "um ato falho", um "gesto mal calculado" ou mesmo "uma concessão do Governo". O debate público da proposta de reforma agrária é antes de tudo uma conquista da longa luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela reforma agrária.

Sem querer voltar muito ao passado, podemos dizer que a luta pela reforma agrária no período pós-64 recomeçou no II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais de 1973, 5 anos após ter sido derrubada a direção pelega da Contag que havia sido imposta pelo Golpe Militar. A luta pela reforma agrária continuou no II Congresso, em 1978, quando os trabalhadores rurais exigiram do Governo Figueiredo o cumprimento do Estatuto da Terra. Na I Conclat — a que foi unitária — aquilo que era até então uma bandeira apenas dos trabalhadores rurais foi encampada também pelos setores urbanos. E também pelo PT, que transformou-a em 84 numa de suas três campanhas fundamentais, ao lado da Campanha pelas Diretas e Contra o Arrocho Salarial.



Aldeia de São Paulo — Vale do Ribeira

Para o PT, o plano é muito tímido

Apresentamos aqui a posição do Partido dos Trabalhadores, em nota assinada, dia 28 de junho, por seu presidente Luís Inácio Lula da Silva.

"1. O PT considera que a socialização dos meios de produção, inclusive a terra, é a forma mais adequada para construir uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Coerente com a sua posição, o PT é de opinião que tanto para os trabalhadores assalariados do campo quanto para os milhões de trabalhadores rurais que são proprietários de seus meios de existência, a melhor solução será o socialismo.

Entretanto, tendo em conta que, em sua imensa maioria, eles não viveram a experiência histórica da propriedade da terra, sempre tolhidos pelos latifundiários, o PT apoia sua aspiração à democratização da propriedade fundiária, expressa na proposta de Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e dirigida por eles próprios.

2. Por esse motivo, o PT sempre considerou que o Estatuto da Terra, promulgado no governo do general Castelo Branco, era e é insuficiente. Sua aplicação agravou o acelerado processo de concentração fundiária e de expropriação do campesinato. Trezentos e quarenta e dois latifundiários são donos, hoje, de 47 milhões de hectares de terras, mais do que possuem 2,5 milhões de minifundistas. Menos de 100 mil proprietários abarcam mais de 70% de todas as terras ocupadas, enquanto cerca de 8 milhões de lavradores não possuem terra própria ou possuem muito pouca e outros 6 milhões são assalariados permanentes e temporários. Apesar disso, o PT não ignora que existem no Estatuto da Terra dispositivos que, se aplicados, poderão eventualmente dar início a um processo de reforma.

3. O PT não nutre ilusões quanto ao caráter e amplitude do Plano de Reforma Agrária apresentada pelo Governo Sarney. Ele é tímido quanto às necessidades globais do campesinato e da própria economia brasileira. O PT reconhece, porém, que a proposta do MIRAD/INCRÁ, é um avanço,

apesar das limitações que apresenta, pois voltou a despertar a esperança de milhões de camponeses em concretizar seu acesso à terra. Tendo um sentido nitidamente antilatifundiário, o Plano despertou o ódio e a reação dos latifundiários, não tanto por seus objetivos, realmente modestos e limitados, mas por abrir a porta à participação da sociedade na solução de um problema que há séculos é considerado intocável.

4. Por tudo isso, o PT acredita que mesmo os modestos objetivos do Plano Nacional de Reforma Agrária só serão alcançados com uma ampla mobilização das forças democráticas e progressistas interessadas na Reforma Agrária, em especial dos trabalhadores rurais.

Neste sentido, o PT considera essencial neste momento a união de toda a sociedade brasileira em um movimento pelo desencadeamento da REFORMA AGRÁRIA JÁ. Ao mesmo tempo, considera que essas forças devem medir cuidadosamente cada um de seus passos tendo em conta que os latifundiários querem utilizar qualquer pretexto para reverter o processo de reforma e manter inalterado o sistema de propriedade territorial.

No momento presente, por exemplo, ao dar-se conta dos objetivos provocadores dos latifundiários, os trabalhadores sem terra buscam novas formas de manifestar sua aspiração e organizar-se para conquistar a terra. Organizam preferencialmente seus alistamentos de pretendentes a lotes e suas comissões para pressionar as delegacias do INCRA, as prefeituras, os órgãos legislativos e outras instituições envolvidas no processo de reforma.

O PT apoia decididamente essas formas de luta pois são adequadas, no momento, à acumulação de forças.

5. O PT considera essencial que esse movimento tenha amplitude nacional. Essa é a única maneira de enfrentar eficazmente a

articulação nacional dos latifundiários. Por isso mesmo, considera indispensável concentrar esforços, nesta primeira etapa, no processo de desapropriação dos latifundiários improdutivos os quais deverão ser indenizados com títulos da dívida agrária de acordo com o valor declarado para fins de tributação, resgatáveis em prazo compatível com as possibilidades da Nação. Ao mesmo tempo é de opinião que os setores produtivos, particularmente os pequenos e médios produtores rurais, devem ser poupados de qualquer processo expropriatório e ter expressamente garantidas suas propriedades.

6. Em resumo, o PT propõe a todas as forças pró-reforma agrária — partidos políticos, igrejas, sindicatos e a sociedade em geral — e em especial aos trabalhadores rurais pequenos e médios proprietários, arrendatários, posseiros e assalariados agrícolas:

1º - realizar uma ampla campanha nacional de esclarecimento e mobilização a favor de uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata;

2º - tomar como forma de ação imediata a formação das comissões de Reforma Agrária, com ampla participação dos trabalhadores rurais, para alistamento dos pretendentes à terra, para levantamento das terras passíveis de desapropriação e redistribuição e para discussão dos problemas referentes à realização concreta da Reforma;

3º - pressionar o Governo para iniciar imediatamente o processo de desapropriação e redistribuição das terras dos latifundiários improdutivos através das comissões de Reforma Agrária, mantendo o prazo prorrogável de 1º de setembro para iniciar a aplicação efetiva das medidas de reforma.

Certos de que estas são medidas indispensáveis para o desencadeamento de uma verdadeira reforma da estrutura fundiária, o PT chama todas as forças interessadas a discutir sua execução para que juntos apoiem as lutas e aspirações dos trabalhadores rurais, tendo em vista, inclusive, a elaboração de uma nova Lei de Reforma Agrária".